

Despoluição do Paranoá poderá ser embargada

A despoluição do lago Paranoá de Brasília, a um custo de US\$ 125 milhões, poderá ser embargada. Segundo o autor do relatório do Senado, Maurício Correia (PDT-DF), "há malversação do dinheiro público. E, caso a subcomissão não chegue a um resultado devido ao recesso, qualquer cidadão poderá solicitar a interdição da obra no Ministério Público".

A poluição do lago, criado para equilibrar o clima seco e a falta de lazer da capital federal, deriva do excesso de algas, que impede a oxigenação da água. As algas decorrem da presença de fósforo e nitrogênio, originados nas estações de tratamento de esgoto das asas Sul e Norte, cujo despejo final vai para o lago. O governo decidiu ampliar as estações e contratou as empreiteiras Andrade Gutierrez e Serveg-Civilsan, com recursos alocados na Seplan e no Banco Mundial e contando com verbas próprias, derivadas da Caixa Econômica Federal.

A exemplo do que ocorreu no

escândalo da ferrovia Norte-Sul, um anúncio nos classificados do jornal **Correio Brasiliense** indicava as firmas ganhadoras da concorrência antes mesmo de sua abertura. Além disso, o senador Correia apontou irregularidades, como a elevação dos custos iniciais da obra, orçada em novembro/85 em US\$ 45 milhões.

Uma auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal considerou o orçamento de US\$ 125 milhões (de março/87) como superestimado em 40% frente ao valor orçado em novembro/86.

Segundo as empreiteiras, os aumentos decorreram da alta de custos dos equipamentos. Mas o atual secretário do Meio Ambiente do DF, Paulo Nogueira Neto, contesta a tecnologia a ser empregada e devido a isto teria chegado a colocar o cargo à disposição do governador José Aparecido. Segundo o assessor de imprensa Marco Aurélio, Nogueira apenas se afastou do conselho da Caesb, órgão vinculado à Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.